

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE SÃO PAULO**

FRANCISCO GUILHERME LEON DE OLIVEIRA

**Uma discussão sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a partir da
utilização da metodologia “estado da arte”**

**SÃO PAULO
2017**

FRANCISCO GUILHERME LEON DE OLIVEIRA

**Uma discussão sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a partir da
utilização da metodologia “estado da arte”**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Roberta Torres.

SÃO PAULO
2017

Catalogação na fonte
Biblioteca Francisco Montojos - IFSP Campus São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48d Oliveira, Francisco Guilherme Leon de
Uma discussão sobre o fundo de financiamento
estudantil (fies) a partir da utilização da
metodologia ?estado da arte? / Francisco
Guilherme Leon de Oliveira. São Paulo: [s.n.],
2017.
61 f. il.

Orientadora: Profa Dra Alda Roberta Torres

Monografia (Especialização em Formação de
Professores com Ênfase no Ensino Superior) -
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo, IFSP, 2017.

1. Fies. 2. Universidade. 3. Políticas
Públicas. 4. Ensino Superior. 5. Estado da Arte..
I. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de São Paulo II. Título.

CDD 378

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Alda Roberta Torres

Julgamento:_____

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP

Assinatura:_____

Prof.^a Dr.^a Marli Amélia Lucas

Julgamento:_____

Instituição:Faculdade Atibaia - FAAT

Assinatura:_____

Prof.^a Dr.^a Amanda Cristina Teagno
Lopes Marques

Julgamento:_____

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSP

Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a meus pais- Pedro e Claudi – pelo afeto e estímulo intelectual.

Agradeço também as minhas irmãs – Letícia e Helena – pelo carinho.

À Gabriela Scaquetti (MalaikaNakupenda, Malaika*) pelo amor inefável e incondicional

À professora Alda Roberta, pela orientação humana e conhecimentos que levarei por toda a vida.

E, por fim, a todos os colegas da pós-graduação em Docência do Ensino Superior, pelas trocas sem preço.

* Expressão do dialeto Suali (Tânzania), consagrada na voz da cantora sul-africana Mirian Makeba na canção “Malaika”, que significa “Meu anjo, eu te amo, meu anjo”

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho toma o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) a partir das produções acadêmicas, marcos teóricos e legais entre os anos de 2015 e 2016, na perspectiva de compreendê-lo criticamente no escopo da educação superior pública brasileira, assim como a produção de conhecimento sobre este programa. Utilizou-se uma metodologia de pesquisa conhecida como “estado da arte”, que, nas palavras de Slongo (2004), articula abordagens quantitativas e qualitativas, e que autores como Romanowski e Ens (2006), Ferreira (2002) e Ovigli (2013) utilizaram em diversas pesquisas. A partir do levantamento dos resumos das produções acadêmicas sobre o FIES entre 2015 e 2016, constantes no Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES, procurou-se verificar quais conceitos e tendências mais se fizeram presente nas discussões acadêmicas. Para fundamentar os processos de formação dos conceitos a partir dos resultados demonstrados, utilizamos as ideias de Bazarian (1980), especialmente aquelas que dizem respeito aos processos de formação do conhecimento. E, a partir desses processos, extraímos três conceitos, FIES, Ensino Superior e Políticas Públicas. Para o entendimento das pesquisas acadêmicas sobre o FIES entre 2015-2016, procurou-se relacionar, de maneira crítica analítica esses três conceitos levantados.

Palavras-chaves: FIES, Universidade, Políticas Públicas, Ensino Superior, Estado da Arte.

ABSTRACT

The research object of this work takes the Student Financing Fund (FI-ES) from academic productions, theoretical and legal milestones between the years of 2015 and 2016, in order to understand it critically within the scope of Brazilian public higher education, as well as the production of knowledge about this program. A research methodology known as "state of the art" was used, which, in the words of Slongo (2004), articulates quantitative and qualitative approaches, and that authors such as Romanowski and Ens (2006), Ferreira (2002) and Ovigli (2013) used in several researches. From the survey of the abstracts of the academic productions about the FIES between 2015 and 2016, included in the Database of Thesis and Dissertations of CAPES, it was sought to verify which concepts and tendencies were most present in the academic discussions. In order to base the processes of concept formation on the basis of the results demonstrated, we use the ideas of Bazarian (1980), especially those concerning the processes of knowledge formation. And, from these processes, we extracted three concepts, FIES, Higher Education and Public Policies. For the understanding of academic research on FIES between 2015-2016, an attempt was made to relate, critically analytical, these three concepts.

Keywords: FIES, University, Public Policies, Higher Education, State of the Art.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas sobre o FIES entre 2004 e 2016.....	40
Tabela 2 - Pesquisas sobre o FIES entre 2015 e 2016.....	42
Tabela 3 - Agregação dos trabalhos sobre o FIES por programa de pós-graduação - 2015 e 2016.....	44
Tabela 4 - Contagem de palavras-chaves nos resumos sobre o FIES.....	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento de contratos do FIES entre 1999 e 2016.....	21
Figura 2 - Gráficos de inadimplência do FIES.....	22

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. OS CONCEITOS ENVOLVIDOS NO DEBATE SOBRE O FIES	12
1.1. Um panorama crítico a respeito do conceito de Ensino Superior.....	13
1.2. Perspectivas de debate sobre o FIES.....	18
1.3. Para entender o conceito de Políticas Públicas e sua relação com o Ensino Superior.....	24
1.4. Articulação crítica entre os conceitos de Ensino Superior, FIES e Políticas Públicas.....	26
2. METODOLOGIA ADOTADA: CONCEITUAÇÃO E JUSTIFICATIVA	29
2.1. Conceituação e finalidade das pesquisas “estado da arte”.....	29
2.2. O banco de teses e dissertações da CAPES.....	32
2.3. Procedimentos utilizados durante essa pesquisa.....	33
2.4. A utilização dos resumos como fonte de análise de dados.....	35
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	38
3.1. Apresentação e articulação dos dados coletados.....	39
3.2. Agregação das pesquisas sobre o FIES 2015-2016, segundo programas de pós-graduação.....	43
3.3. Contagem das palavras-chaves presentes nos 27 resumos sobre o FIES. Biênio 2015-16.....	45
3.4. Formação de conceitos a partir das palavras-chaves selecionadas.....	46

CONCLUSÕES.....49

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....52

ANEXOS.....55

ANEXO - TELAS DO BANCO DE DADOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (TELA INICIAL E DE RESULTADOS DE PESQUISA).....56

APÊNDICES.....57

Apêndice A - Relação dos trabalhos excluídos da contagem, por não apresentarem qualquer relação com o tema.....58

Apêndice B - Quadro de categorização:teses e dissertações sobre o FIES no banco de dados da CAPES (2015-2016).....59

INTRODUÇÃO

Antes de apresentar esse trabalho, é preciso que se façam algumas justificativas. A primeira delas é de ordem pessoal. A segunda, social. E a terceira, científica. Considero que, das três, a justificativa pessoal é a mais difícil de se explicitar, pois em minha jornada formativa da graduação, tive muito pouco contato com o objeto dessa pesquisa, o FIES. Sabia que existia, mas não sabia como funcionava. Até por que a instituição de ensino na qual eu me encontrava não era participante do programa, uma vez que era considerada pública, mesmo havendo cobrança de mensalidades.

A motivação para começar a entender o FIES veio somente após minha graduação, quando comecei a desenvolver uma militância política mais contínua e organizada, voltada para diversos eixos, entre eles a mobilidade urbana e a educação pública. A necessidade de estabelecer contatos com certas pautas e debates no campo da educação, bem como o contato com pessoas da militância que eram beneficiárias do programa, e meu próprio percurso no interior da pós-graduação em “Formação de Professores – Ênfase Ensino Superior” do IFSP, me levaram a dedicar maior atenção teórica ao FIES.

A justificativa social desse trabalho decorre do entendimento – obtido em função de minha participação em militância política - do FIES como um programa de financiamento da educação superior que se propôs a incluir parcelas consideráveis de jovens e adultos das classes mais baixas em faculdades e universidades privadas.

A justificativa científica desse trabalho está atrelada diretamente à justificativa social. Explicando: entender o FIES do ponto de vista de suas produções acadêmicas, marcos bibliográficos e legais, pode ajudar a realizar a crítica ao programa, que por sua vez, alimentará os argumentos da militância que se dedica a defesa da educação superior pública.

Colocadas as devidas justificativas, passamos agora a uma breve apresentação desse trabalho, indicando metodologias, autores, objetivos e estrutura de organização.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa a respeito do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do governo federal destinado a oferecer financiamento para estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior privadas. Nosso enfoque se dará a partir da metodologia conhecida como “estado da arte” que segundo Slongo, combina métodos quantitativos e qualitativos (CF. SLONGO, 2004). Os métodos qualitativos, se relacionam com operações matemáticas na elaboração e análise dos dados. Os quantitativos, por sua vez, baseiam-se em análises interpretativas da realidade. (CF. TERENCE e ESCRIVÃO FILHO, 2006).

Do ponto de vista metodológico, consideramos nosso trabalho plural, por utilizar diversas ferramentas de análise, como a tabulação de dados e a interpretação dos mesmos. Contudo, na etapa qualitativa, nos valemos largamente da utilização de bibliografias, especialmente a de autores marxistas como o filósofo turco-armênio erradicado no Brasil Jacob Bazarian e de Marilena Chauí. Entendemos que ambos os autores deram contribuições importantes a esse trabalho. O primeiro nos ajudou a formar o esqueleto teórico desse trabalho, indicando as etapas de formação dos conceitos e análise da realidade. A segunda, por sua vez, nos ajudou a entender os impactos das relações neoliberais- desregulamentação da economia, redução do papel do Estado, entre outros – na realidade universitária brasileira.

Os autores citados se fizeram presentes em momentos distintos de nosso trabalho. Bazarian (1980) apareceu no final do segundo capítulo, quando tratamos do processo de formação dos conceitos. Chauí (2000) se fez presente em diferentes momentos do capítulo três. Aliás, em matéria de divisão dos capítulos, dizemos que é no último em que se encontram as análises “qualitativas” presentes nesse trabalho. O primeiro capítulo serviu para apresentar e justificar a escolha metodológica pelo “estado da arte.” O segundo, por sua vez, foi uma apresentação dos dados coletados. Nele, é que realizamos os procedimentos “quantitativos” que citamos acima.

Quanto ao recorte temporal que promovemos, cabe uma consideração importante. O biênio 2015-2016 foi aquele que apresentou maior massa crítica de trabalhos, o que nos permitiu um maior desenvolvimento dessa pesquisa, cujo objetivo geral foi o entendimento a cerca dos conceitos desenvolvidos na produção do FIES; enquanto que o objetivo específico consistiu em entender o FIES em sua dimensão de programa de financiamento da educação superior e como política pública para o referido segmento.

No que diz respeito a organização desse trabalho, nós o organizamos em três capítulos. O primeiro, intitulado “Os conceitos envolvidos do debate sobre o FIES”, em que apresentaremos os principais conceitos e temas que apareceram em nossa pesquisa. O segundo, que denominamos “Metodologia adotada: conceituação e justificativa”, explicitaremos a escolha metodológica que adotamos. O último capítulo, intitulado “Apresentação e análise de dados”, trará os números e dados que originaram a formação dos conceitos que apontamos no capítulo 1.

1. OS CONCEITOS ENVOLVIDOS NO DEBATE SOBRE O FIES

Neste primeiro capítulo, apresentaremos o levantamento e análise dos principais conceitos presentes em vinte e sete trabalhos sobre o FIES correspondentes ao biênio 2015-2016. Informamos que o levantamento dos conceitos se deu a partir da contagem das palavras-chaves, considerando –a luz de Bazarian (1980) e Severino (2016) que não há distinções entre palavras e conceitos, o que aprofundaremos em capítulos seguintes.

No primeiro item do capítulo traremos um “panorama crítico do conceito de ensino superior”, discutiremos algumas perspectivas teóricas sobre o conceito de Ensino Superior – especialmente as que o definem a partir de suas finalidades – bem como a perspectiva jurídica do mesmo, contida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

No segundo item discutiremos as “Perspectivas teóricas sobre o FIES” discutiremos algumas produções intelectuais sobre o FIES, considerando eventuais embates entre uma noção do FIES como instrumento de gestão do Ensino Superior e outra, que entende o FIES enquanto política pública.

Aliás, o conceito de “Política Pública” e sua relação com o debate do Ensino Superior será objeto de debate do penúltimo item desse capítulo, intitulado “Para entender o conceito de políticas públicas e sua relação com o Ensino Superior”.

No último item do nosso trabalho, intitulado “Articulação crítica entre os conceitos de Ensino Superior, FIES e Políticas Públicas” faremos uma articulação crítica dos debates realizados nesse capítulo, recuperando alguns debates trazidos a toda em outros momentos desse trabalho e tentando apontar espaços para novos debates. Esse último item discutirá também se o FIES é um modelador das funções da Universidade e uma Política Pública mercadológica. Reforçamos que o procedimento adotado nesse capítulo é o da generalização que, conceito de Bazarian que citamos anteriormente.

Tal generalização, em que pesem seus limites, nos oferece a essência dos conceitos, a partir da qual poderemos, em situações futuras, retomar o trabalho e aprofundar as questões que ele, por ventura, nos aponte.

1.1. Um panorama crítico a respeito do conceito de Ensino Superior

Antes de iniciar-se o desenvolvimento bibliográfico dessa categoria, cumpre destacar uma dificuldade de ordem semântica: a quantidade de termos similares. Nos vinte e sete resumos lidos, aparecem palavras do tipo “Universidade”, “Ensino Superior”, “Educação Superior”. De partida, isso já coloca a este trabalho uma questão importante: as três palavras definem o mesmo objeto ou cada uma delas apresenta um significado específico?

Nas bibliografias consultadas os referidos termos aparecem como sinônimos, o que, aparentemente, significa que falam sobre o mesmo objeto. Wanderley (1984), indica que o termo Universidade está ligado a muitos outros, entre eles o de “Ensino Superior”, o que confirma a interpretação inicial de semelhança – ou pelo menos pouca diferença – entre os termos “Ensino Superior”, “Educação Superior” e “Universidade”. Nesse sentido, os materiais que se referem a qualquer um desses termos certamente colaboram para a formação de um quadro categorial significativo.

Para além da diferença de termos presente em cada obra, verifica-se, uma importante semelhança: o Ensino Superior é definido a partir de suas funções ou finalidades.

Severino resume a três essas finalidades e objetivos: formação de profissionais de diferentes áreas, através do ensino de competências e habilidades técnicas; formação do cientista a partir da oferta de conteúdos teóricos relacionados a cada área aplicada e, por fim, a formação humana o estudante, para que este apreenda o sentido de sua existência, pessoal, histórica e social. Para o autor, quando a Universidade se coloca para realizar esses três objetivos, ela está trazendo às claras sua finalidade última e essencial, que é o aprimoramento da vida social. (Cf. SEVERINO, 2016, p.22)

Wanderley também resume a três as finalidades da Universidade: Ensino e Pesquisa, Formação de profissionais e Extensão universitária.

A respeito da primeira finalidade, o autor indica que desde sua origem, a Universidade se responsabilizou pelo cultivo e transmissão do saber humano, mas, ao longo do tempo, em função das exigências sociais de produção de novos conhecimentos, ela tomou para a si a função de produzir pesquisa; inicialmente uma pesquisa desinteressada, posteriormente, por pressão das forças produtivas, passou a

elaborar pesquisas aplicadas. Com o passar do tempo e ampliação das demandas produtivas, as estruturas universitárias começaram a articular ensino e pesquisa. (Cf. WANDERLEY, 1983, p.37)

Como segunda finalidade da Universidade o autor apresenta a formação de quadros técnicos, científicos e intelectuais. Para a realização desta finalidade, currículos seriam compostos por disciplinas inseridas em cursos, orientados pelo perfil do profissional que se pretendia formar. (Cf. WANDERLEY, 1983, p.42)

A terceira finalidade da Universidade seria a extensão, entendida pelo autor como a extensão da massa crítica produzida pela universidade ao maior número de pessoas possível. Em algumas instituições, tal processo teria se iniciado com a consciência da situação de privilégio da universidade em relação a sociedade. Em outras, surgiu da crítica a função da universidade e da percepção que ela poderia desempenhar papel social relevante devido suas especificidades. (Cf. WANDERLEY, 1983, p.45).

Comparando as afirmações de Severino e Wanderley, o que se percebe é que as definições do primeiro são mais abrangentes que a do segundo. Mas em ambos está contida, ainda que de modo implícito, a ideia de relação entre universidade e sociedade. No caso da afirmativa de Wanderley, a relação entre sociedade e universidade parece estar mais presente na extensão, enquanto a afirmativa de Severino dá a entender que essa relação acontece em cada uma das três funções da universidade por ele definidas.

Nesse sentido, se faz necessário refletir mais detidamente a respeito da relação universidade-sociedade, para isso trazemos à discussão a seguinte afirmativa de Araújo:

“A Universidade é um espelho da sociedade e reflete suas contradições; assim, os agentes que a constrói (servidores, professores e estudantes) reproduzem os mesmos vícios, preconceitos e estereótipos do “meio externo”, trazendo consigo o senso comum (ora popular, ora acadêmico) e reproduzindo também a lógica de produção capitalista.” (ARAÚJO 2012, p.39)

A partir dessa afirmativa, podemos entender que não há separação entre Universidade e Sociedade; que o modelo político-econômico vigente influencia de maneira decisiva a Universidade. É sob essa perspectiva que Chauí entende a universidade como uma instituição social que exprime a sociedade da qual ela faz parte, sendo uma realidade em movimento, histórica e socialmente determinada. (Cf. CHAUI, 2000, p. 35). Tais características podem conferir à Universidade o imperativo

de crítica, da autocrítica, questionamentos e revisões de todas as naturezas, provenientes de diferentes setores da sociedade, como indicado por Severino no excerto a seguir:

“Nos dias de hoje, o próprio sentido da existência da universidade, já não parece tão claro, podendo-se perceber que, além das críticas oriundas de setores especializados, uma espécie de questionamento generalizado, difuso em todo o corpo social, se faz cada vez mais explícito. Sem dúvida, o sentimento geral de frustração em relação às expectativas não realizadas e às promessas não cumpridas de desenvolvimento e progressos das sociedades, a desvalorização da cultura elaborada e a banalização de referências em todos os setores da vida humana, são causas abrangentes que levam igualmente à desvalorização da universidade.” (SEVERINO, 1998, p.18)

A afirmativa de Severino, além do que já se apontou acima, traz um outro elemento: se a existência da universidade é posta em questão, é bem provável que suas funções também sejam. O que se questiona é a natureza dessas mudanças, o propósito ao qual servem no atual momento sócio-político em que vivemos. Tal questionamento é respondido, a nosso ver, por Chauí, que indica a desarticulação entre as finalidades da universidade enquanto instituição social e das do Estado neoliberal. (Cf. CHAÚÍ, 2000, p.9-41)

Considerando o exposto por Chauí (2000), Severino (1998) e Araújo (2012) podemos apontar que a Universidade, estando inserida em uma sociedade neoliberal e passando por um profundo processo de desvalorização, é menos influente do que influenciada, se tornando sitiada – nas palavras de Menezes – e administrada, segundo Chauí. Os processos de sitiamento e administração – que serão descritos a seguir – nos parecem complementares.

No que diz respeito a sitiamento da universidade, Menezes é assertivo:

“Dizer que nossa universidade está sitiada pode sugerir um cerco físico, uma ameaça externa a um estabelecimento de ensino superior, a um determinado espaço de investigação científica. De fato, é algo ainda mais grave, porque não se trata somente de uma certa universidade, mas de todas as universidades as brasileiras, e porque não se trata somente de um assalto externo, mas também de ameaças internas. Os diferentes agentes que a sítiam, por dentro e por fora, movidos por muitas e contraditórias razões, têm argumentos políticos e econômicos, por vezes convincentes. Alguns de seus adversários estão fundados em base ideológica, apresentada como se fosse uma antiideologia, o que, talvez, lhe tenha permitido se difundir sem encontrar resistência nos últimos anos, não só em relação à questão universitária, mas em inúmeros outros domínios. Por outro lado, em sua condição de sitiada, entre os pontos mais vulneráveis da universidade brasileira estão falhas constitutivas, heranças das instituições a partir das quais surgiu e do contexto social sobre a qual se ergueu. Isso, ao lado de problemas conjunturais, pode ser uma combinação fatal na presente situação de cerco.” (MENEZES, 2000, p.7-8)

A citação acima nos parece abrangente por vários fatores. Primeiramente, por entender que o sitiamento da universidade é geral. Em seguida, por considerar não somente as ameaças externas, mas também as internas. E, por fim, indicar a dimensão ideológica e política presentes nesse processo de sitiamento.

Quanto a *universidade administrada*, Pimenta e Anastasiou, citando Chauí, indicam que:

“No contexto atual, a universidade vem perdendo essa característica secular de instituição social e tornando-se numa entidade administrativa; ou seja, atuando segundo um conjunto de regras e normas desprovidas de conteúdos particulares, formalmente aplicados a todas as manifestações sociais. (...) Enquanto entidade administrativa, é regida por ideias de gestão, planejamento, previsão, controle, êxito, não lhe competindo discutir ou questionar sua existência e sua função social. Está, desse modo, em posição oposta a de uma instituição social, que tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa, que é determinada, mas é também determinante, que se percebe inserida na divisão social e política.” (PIMENTA e ANASTASIOU *apud* CHAUI 1999, 2014, p.168)¹

Sendo objeto de críticas de diferentes segmentos da sociedade; estando sitiada por agentes externos e internos; o caminho inexorável da universidade é ser administrada e, por conseguinte, ver muitas de suas funções esvaziadas ou inviabilizadas, pois estas só poderiam acontecer sob um conjunto de regras e processos arbitrariamente definidos pelo Estado ou por agentes privados.

As ideias de planejamento, gestão, previsão, etc, contidas nas noções de *sitiamento* e *administração* da universidade parecem pouco compatíveis com vários postulados constantes não só na perspectiva teórica de vários autores, mas também com o que está consignado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, que coloca como finalidades da Universidade os seguintes aspectos:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

¹ Cf. Marilena. **A UNIVERSIDADE OPERACIONAL**. Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior, [S.l.], v. 4, n. 3, 1999. ISSN 1982-5765. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>>

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Uma análise mais detida a respeito dos artigos da LDB que versam sobre as funções do Ensino Superior, nos permitirá identificar a existência de grandes tendências:

- Os artigos I, III, IV, e VII relacionam a *produção e difusão da cultura e da ciência*, enquanto que os artigos II, V e VIII versam a respeito da *formação e aprimoramento profissionais*.
- O artigo VI, por sua vez, diz respeito *ao conhecimento da realidade e sua oferta à comunidade*.

Esses princípios, de certa maneira, podem ser encontrados no artigo 207 da Constituição Brasileira, que aponta a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”

A respeito do mesmo tema Wanderley diz que a universidade desde sua origem teve como finalidade “cultivar e transmitir o saber humano acumulado (1983, p. 37)” Se retomarmos a análise dos artigos da LDB, veremos que essa tendência, em que pesem as mudanças históricas, permanece vigente até os dias atuais, embora a universidade tenha tentado “se adaptar constantemente às diferentes realidades.” (Cf. WANDERLEY, 1983, p.37).

Se os processos de *sitiamento e administração* da universidade, apontados por Menezes e Chauí, estão em curso e a universidade apresenta como tendência uma certa adaptação histórica, é possível dizer que a universidade se adaptará a

processos que se colocam contra ela mesma? Ou haverá novas linhas de resistência e transformação?

1.2. Perspectivas de debate sobre o FIES

No levantamento de palavras chave apresentado no capítulo anterior, o termo FIES recebeu seis menções. Ao lado da expressão “Políticas Públicas”, foi a segunda mais mencionada. Por isso, tornou-se conceito a ser desenvolvido em nosso trabalho, em especial nesse item.

Trataremos o tema a partir de três grandes abordagens: jurídica, econômica e política, trazendo o diálogo entre a produção acadêmica, dados econômicos e os marcos legais existentes. Começaremos por uma definição presente no site do Ministério da Educação, onde o FIES é definido como

“(...)um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.”(BRASIL, Ministério da Educação, 2017)

Em que pese o caráter aparentemente protocolar dessa definição, entendemos que ela nos auxilia a introduzir o debate sobre essa questão, pois nos indica que é o FIES (um programa), sua modalidade (financiamento da educação superior) e seus objetivos (financiar estudantes de cursos superiores bem avaliados pelo MEC).

O que a definição acima omite é o processo histórico do FIES, que segundo Chaves e Amaral, surge através da Medida Provisória de número 1.827 de 27 de Maio de 1999. (Cf. CHAVES e AMARAL, 2016, p.59)

A partir da informação oficial a respeito da origem do FIES e o apontamento de Chaves e Amaral, percebemos que há uma lacuna de dois anos entre a Medida Provisória que estabeleceu o programa e a conversão da mesma em lei, que foi preenchida por outra MP, a 1972-13 de 4 de maio de 2000.

Não nos parece inocente o fato de o FIES surgir e ter sua existência inicial garantida a partir de duas Medidas Provisórias. O que, de certa maneira, nos surpre-

ende é a utilização da Medida Provisória para o estabelecimento de um programa de financiamento da educação superior. Apontamos isso em virtude do significa a Medida Provisória enquanto expediente jurídico-político.

A Medida Provisória (MP) é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. Neste caso, a Câmara só pode votar alguns tipos de proposição em sessão extraordinária. (BRASIL,2017)

Percebe-se que a Medida Provisória se caracteriza pela urgência e por ser procedente da presidência da república. Mais do que isso, sua conversão em lei é um processo demorado, que chega a paralisar outras votações. Por isso, seria necessário pensar o que o FIES apresentou de tão relevante para ser objeto de duas medidas provisórias no espaço de um ano.

Se considerarmos que o governo brasileiro sempre coadunou com as políticas privatistas oriundas dos organismos internacionais e que o FIES se coloca como uma dessas políticas que ganharam força a partir da década de 90 (Cf. QUEIROZ, 2015, p. 44-46), talvez consigamos explicar com maior precisão a rapidez que envolveu o estabelecimento e consolidação do FIES.

A nosso ver – embasado em Queiroz (2016), Chaves e Amaral (2016) – tal processo configura a primazia do capital privado sobre o Estado. Corrobora com essa afirmativa o próprio texto da lei que instituiu o FIES, especialmente nos artigos 1, 3º e 7º.

No caso do artigo 1, há uma sentença em especial que merece atenção e debate “(...) destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo referido Ministério, de acordo com regulamentação própria.”

Aqui, mais do que a definição de objetivos do projeto, já fica evidente que o programa volta suas iniciativas para os “cursos superiores não gratuitos”, condicionando os mesmos à “*avaliação positiva nos processos conduzidos pelo referido Ministério*”. Em outras palavras, além de reforçar o sistema privado, o FIES coloca às universidades o imperativo de obterem avaliações positivas. Isso significa que as

instituições privadas de ensino superior poderão ter suas estruturas de currículos forjadas a partir os critérios estabelecidos pelas avaliações do MEC.

Por sua vez, o artigo 3 em seu parágrafo 1º estabelece ao Ministério da Educação, o papel de: “a) formulador da política de oferta de vagas e seleção de estudantes, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; b) supervisor do cumprimento das normas do programa; e c) administrador dos ativos e passivos do Fies.”(BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,2017). Os três papéis definidos ao MEC pelo referido artigo reduzem a participação estatal à formulação, supervisão e administração, próprios do Estado neoliberal, como mencionado por Chauí (2000).

O artigo 7º é o que apresenta as maiores polêmicas. Nele está consignado que “Fica a União autorizada a emitir títulos da dívida pública em favor do FIES.” Considerando que a dívida pública se constitui de empréstimos contraídos pelo estado ante a instituições financeiras públicas e privadas, ante ao mercado financeiro nacional e estrangeiro e também a empresas, organismos nacionais e internacionais, pessoas físicas e outros governos (Cf. Auditoria Cidadã da Dívida), seria possível dizer que há um fluxo de recursos públicos que se dirige diretamente às empresas. Contudo, Chaves e Amaral (2016), alertam que, na verdade, se tratam de “(...)recursos da União que se dirigem ao pagamento dos títulos do Tesouro.” E que “No fim, pode-se afirmar que existe uma renúncia temporária, esperando que, ao longo do tempo, os recursos financeiros retornem aos cofres da União pelo pagamento de empréstimos.”(Cf. CHAVES e AMARAL, 2016, p. 62-63).

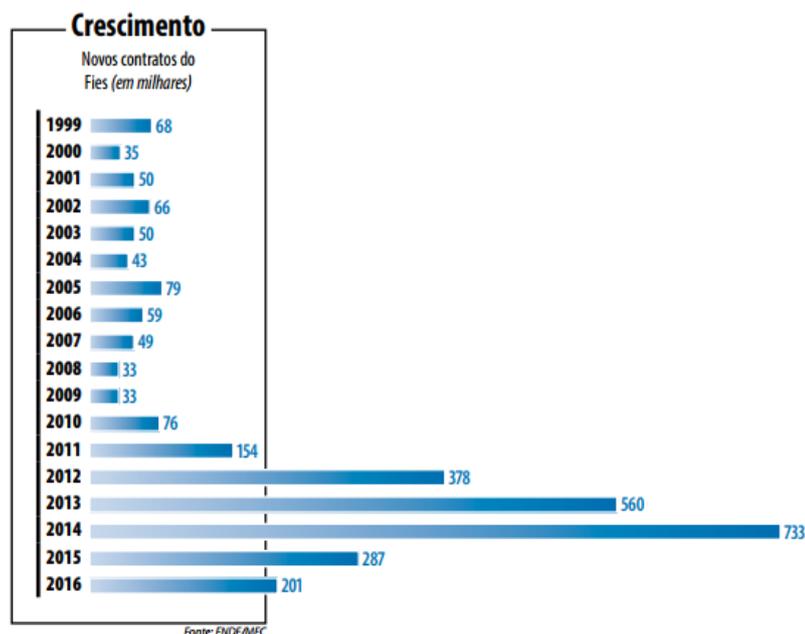
Porém, os próprios Chaves e Amaral (2016) assim como Pinto (2016) alertam, com base no histórico de programas de financiamento anteriores ao FIES - como o CREDUC² que, em 1997, apresentou 83% de taxa de inadimplência - que as taxas de inadimplência podem impedir que o retorno dos recursos emprestados aconteça na velocidade e nos valores pretendidos. Pinto (2016) vaticina que “o grande e provável fim do FIES será uma dívida impagável para seus milhões de contratantes.” (Cf. PINTO, 2016, p.147)

A respeito das dívidas e inadimplência do FIES, a edição de 19 de Setembro de 2016 do Jornal do Senado em seu suplemento especial “Cidadania”, traz um con-

²Programa Crédito Educativo – programa de financiamento da educação superior instituído por meio da lei 8.436 de 25 de Junho de 1992, considerado antecessor do FIES.

junto de gráficos que nos oferece a dimensão exata do problema da inadimplência e dos contratos. Analisaremos a seguir esses dados.

Figura 1 - Crescimento de contratos do FIES entre 1999 e 2016



Fonte: Brasil, 2017. Jornal do Senado

No gráfico acima, observam-se alguns fatos e tendências:

- Até 2010, o número de contratos do FIES não chegava a centenas de milhares e oscilava muito de um ano para o outro;
- A partir do ano de 2011 é que o número de contratos passa da centena de milhares, chegando a triplicar e quase setuplicar nos anos entre 2012 e 2014;
- O ano de 2015, marcou uma redução significativa na quantidade de contratos emitidos. Em 2016, houve uma queda um pouco menor em relação ao ocorrido entre 2014-15.

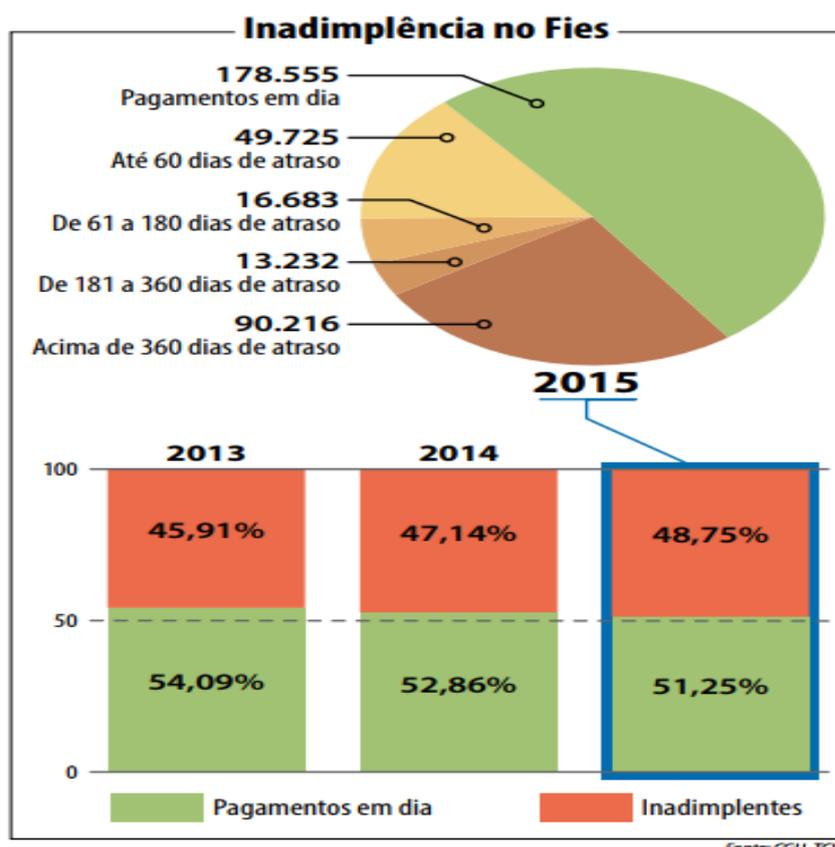
A respeito do *boom* de matrículas do FIES, ocorrido em 2014, Pinto (2016) indica que

“(...) essa hecatombe financeira de vários bilhões de reais começará a produzir seus efeitos apenas daqui a três ou quatro anos, quando os

concluintes que ingressaram no boom do FIES tiveram de acertar suas contas com a Caixa Econômica Federal ou com o Banco do Brasil, os operadores do sistema.” (p.147)

Ou seja, se for possível fazer prognósticos com base nos dados da tabela acima e a partir da afirmação do autor supracitado podemos dizer que em 2018 poderemos começar a sentir de maneira mais intensa os efeitos da inadimplência sobre os contratos do FIES. Tal tendência de ampliação de crescimento na quantidade de inadimplentes do FIES se parece se relacionar diretamente com o a ampliação de matrículas. Os dados do gráfico a seguir revelam essa situação.

Figura 2 - Gráficos de inadimplência do FIES



Fonte: BRASIL,2017. Jornal do Senado

O primeiro gráfico da Figura 2 se refere a pagamentos em dia e pagamentos em atraso no ano de 2015. Percebe-se que os pagamentos em dia ainda são

maioria em relação ao total. Contudo, há também uma grande parcela de pagamentos com um ano ou mais de atraso.

Nos demais gráficos da Figura 2, o que temos é a evolução histórica dos pagamentos em dia e inadimplentes nos anos de 2013 a 2015. Neles, se verificam duas tendências elementares: redução na porcentagem de pagamentos em dia e aumento da inadimplência.

A continuar essa tendência, poderemos verificar que o percentual de inadimplência, com o tempo, será maior que o de pagamentos em dia, o que poderá configurar, o colapso do sistema de financiamento e, segundo Pinto, “o estouro da bolha” do programa. (Cf. PINTO, p.148).

A tendência de alta na inadimplência do FIES também é indicada por Chaves e Amaral, que colocam:

“Apesar da ressalva de que os recursos associados ao FIES significam empréstimos e que contribuem para aumentar a dívida pública do país, sabe-se, também, que, historicamente, esse tipo de transação trará em seu bojo um alto índice de inadimplência, a ser conferida em estudos futuros sobre o FIES.” (Cf. CHAVES e AMARAL, 2016, p.68-69)

A nosso ver, a passagem supracitada não só ilustra o que dissemos anteriormente – o FIES como programa abastecido por empréstimos públicos que contribuiu com o aumento da dívida pública – como sintetiza o que dissemos a pouco, a respeito da tendência histórica de aumento nos percentuais de inadimplência dos contratos.

Mais do que isso, apontamos, com base nos documentos bibliográficos e legais que o FIES, enquanto programa de financiamento da educação superior, não só promoveu alterações nas instituições de ensino, submetendo-as ao sucesso em avaliações, como também contribuiu para redução do papel do Estado nesse segmento, através do envio de recursos públicos para as instituições privadas e da definição de funções meramente regulatórias do programa, e também contribuiu, através da inadimplência, para o fortalecimento do sistema financeiro e o endividamento de estudantes.

1.3. Para entender o conceito de Políticas Públicas e sua relação com o Ensino Superior

Como dissemos anteriormente, os conceitos trabalhados nesse capítulo são resultantes da contagem de palavras-chaves constantes nos vinte e sete trabalhos sobre o FIES registrados no biênio 2015-2016, que se encontram tabulados no apêndice” desse trabalho. Até o momento, trabalhamos uma análise crítica dos conceitos de “Ensino Superior” e “Fies”. O primeiro entendido a partir de suas funções de pesquisa, ensino e extensão e da deterioração das mesmas. O segundo, entendido como um programa de financiamento da educação superior que, ao mesmo tempo que promove certa “inclusão” de estudantes provenientes de classes sociais mais baixas, drena recursos públicos pra instituições privadas de educação superior.

Nesse item, manteremos essa mesma perspectiva crítica e articulada a contextos políticos, econômicos e jurídicos que utilizamos nos conceitos acima para nos referir a “Políticas Públicas” termo que, na nossa contagem, obteve a mesma quantidade de menções que a expressão “FIES”: seis. Articularemos a apresentação desse conceito á um debate sobre a relação deste com o Ensino Superior.

Para começarmos o debate traremos uma definição de Política Pública extraída de Souza que consigna “Políticas Públicas” da seguinte maneira:

(...)campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).. (SOUZA, 2006, p.26)

Na definição acima, se fazem presentes alguns elementos importantes, que merecem nossa reflexão mais detida. O primeiro deles é o que considera Políticas Públicas como um *campo do conhecimento que se coloca com uma tarefa, a de colocar o governo em ação*. O segundo, é o que atribui às Políticas Públicas a função de *analisar as ações do governo e propor mudanças quando necessário*. O terceiro é o que define o Estado como um mero realizador das mudanças propostas pelas Políticas Públicas.

Considerando os conceitos de *gnosis* –conhecimento -e *práxis* – prática (Cf. Bazarian, 1980,p.178) podemos dizer que, interpretando o entendimento de Souza, poderíamos afirmar que as Políticas Públicas não configurariam uma unidade entre

teoria e prática, uma vez que os papéis do *campo do conhecimento* e do *Estado* estariam bem definidos e sem qualquer perspectiva de articulação entre eles. Porém, se é verdadeira a afirmativa que “a teoria sem a prática é estéril, a prática sem a teoria é cega” (Cf. Bazarian, 1980 p.178), não seria possível achar que essa articulação não existe. Ela existe e se expressa, entre outras maneiras, através da formulação de leis, decretos e Medidas Provisórias, como citado no item anterior, e também de Políticas Públicas.

Para muitos autores, estando o Estado a serviço de interesses privatistas, as políticas públicas por ele realizadas também terão esse caráter, que pode ser definido como neoliberal (CHAUÍ, 2000; CHAVES e AMARAL, 2016).

Pinto 2016, Chaves e Amaral (2016) apontam que o caráter neoliberal do Estado começou a se fortalecer a partir da década de 70, período que Chauí caracteriza como “(...) o momento em que entra em crise o Estado de Bem-Estar, de estilo keynesiano e social-democrata, no qual a gestão dos fundos públicos era feita pelo Estado como parceiro e regulador econômico. (...)” (CHAUÍ, 2000, p.17). Para a autora, o neoliberalismo teria uma meta principal, a estabilidade financeira, a ser garantida por dois procedimentos: redução de gastos sociais e estabelecimento de uma certa taxa de desemprego, para a formação de exércitos de reserva. E para viabilizar essas metas, seria necessário afastar o Estado da regulação econômica, legando esse papel para o mercado. (Cf. CHAUÍ, 2000, p.17-18)

Amaral menciona que nesse período:

“(...) Foram implantadas políticas que se tornaram verdadeiros dogmas na solução dos problemas enfrentados pelos países. Elas exigiam rígida disciplina fiscal, privatização de diversos setores públicos, diminuição da presença do Estado na economia nacional e desregulação das ações do Estado, tornando-o simplesmente normatizador e regulador. (...)”. (AMARAL, 2003, p.56)

Se houve a diminuição do papel do Estado na economia e alteração das funções do mesmo em outros segmentos, é possível afirmar que o estabelecimento das Políticas Públicas de Educação Superior foram fortemente afetadas por esse quadro. Nesse sentido, Amaral aponta que:

“Na educação superior, em todo o mundo, as políticas implantadas tiveram as seguintes conseqüências: enorme diferenciação das instituições e ampliação das instituições privadas, e a procura das instituições por outras vias de financiamento, sendo que, nas públicas, ele passou a vincular-se a indicadores de eficiência. Além do mais, o Estado teve sua função na educação superior

alterada, passando de agente direto de um processo integral a agente apenas regulador e controlador.” (AMARAL, 2003,p.57)

Algo que evidência esse papel regulador e controlador do Estado neoliberal no âmbito da Educação Superior é o artigo sete da lei 10.260/2001, que já analisamos no item anterior. Outro aspecto é a mudança do caráter da Universidade e de seu financiamento. A esse respeito, Lourenço (2007) diz que

“No aspecto do financiamento, o Estado não deverá mais investir na universidade pública, que fatalmente implicará na perda de seu caráter de direito, pois os recursos serão provenientes do mercado, pautando-se assim na mercantilização do ensino.” (p.243)

Nesse sentido, não seria absurdo afirmar que as políticas públicas, em especial o FIES, que é assim definido em parte significativa da literatura corrente e pelo próprio Ministério da Educação, sofrem um profundo processo de mercantilização, perdendo seus fundamentos de direito e se convertendo em negócio, do qual o Estado só participa enquanto regulador e protetor de interesses privados.

1.4. Articulação crítica entre os conceitos de Ensino Superior, FIES, Políticas Públicas

Nesse item, pretendemos encerrar o capítulo desenvolvendo uma articulação crítica entre os conceitos trabalhados nesse capítulo. Tentaremos indicar pontos de contato e afastamento entre algumas ideias trabalhadas. Buscaremos desenvolver aquelas que foram tratadas nos itens anteriores.

Sendo possível uma síntese daquilo que desenvolvemos no item 3.1 desse trabalho, poderíamos dizer que a universidade se define a partir de suas funções, que são basicamente três, considerando a acepção de Wanderley: Ensino, Pesquisa e Extensão. (Cf. WANDERLEY, 1983). Poderíamos ainda dizer que a cada função corresponderia uma atividade. Ao ensino, a transmissão do conhecimento. A pesquisa, a produção de novos conhecimentos. E a extensão, a oferta dos conhecimentos produzidos à toda a sociedade. Tais premissas não estariam apenas presentes no debate acadêmico, mas também no marco legal que rege o Ensino Superior, mais precisamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

O FIES, ao condicionar a oferta de recursos públicos ao sucesso das instituições de Ensino Superior nas avaliações, conforme consignado no artigo um da Lei 10.260/2001, conduz as Universidades à repensarem suas funções, priorizando muito mais o ensino do que a pesquisa e a extensão. Além disso, acena com a possibilidade de mudanças na formulação interna de cada disciplina. Em outras palavras, o FIES pode estar modelando um tipo de universidade com suas funções limitadas à mera reprodução do conhecimento.

Uma outra síntese possível em nosso trabalho é a do item 3.3, onde indicamos que as Políticas Públicas se constituem como um campo do conhecimento que se propõe a avaliar e conduzir o Estado em suas ações. Indicamos também que o advento do neoliberalismo alterou significativamente as funções do Estado, colocando-o na condição de mero supervisor das políticas implantadas pelo setor privado. Nesse sentido, retomamos o artigo 3º da LEI 10.260, no qual são definidos ao Estado funções de caráter meramente gestor.

O FIES, ao aparecer como uma política pública nos textos oficiais e em parte da bibliografia existente, parece trazer a ideia de democratização do Ensino Superior. Porém, ao ser uma iniciativa estatal que oferece recursos públicos para instituições de ensino superior privadas, o FIES se coloca como uma política que alimenta o setor financeiro-privado, seja através de isenções fiscais para as instituições, seja através do crescente endividamento dos contratos estabelecidos a partir de 2013.

Após análise do marco legal, das bibliografias acadêmicas e não acadêmicas, dos dados disponíveis e tabulados, se percebe que o FIES ainda é tido como uma *Política Pública*. Mais do que isso: como *política pública de democratização do Ensino Superior*. Ao nosso ver, isso se mostra parcialmente verdade.

Se, por um lado, o crescimento exponencial do número de contratos a partir de 2012, pode nos oferecer um prisma de democratização do Ensino Superior; por outro, a redução significativa dos contratos a partir de 2015 e o crescimento da inadimplência a partir de 2013, parecem conferir caráter parcial a essa ideia de democratização.

Inclusive, o cenário que se desenha, considerando projeções baseadas tanto no histórico de outros programas de financiamento da Educação Superior em outras

épocas e o atual histórico do FIES, é bastante pessimista: a democratização do Ensino Superior, tão propalada pelos discursos oficiais e presente em algumas vertentes da academia, pode entrar em cheque, seja através da limitação dos recursos públicos para as instituições de ensino superior privadas, seja pela evasão escolar resultante de inadimplência de contratos.

Colocadas as articulações que entendemos possíveis entre os conceitos de “FIES”, “Ensino Superior” e “Políticas Públicas”, apresentaremos a seguir as conceitualizações e justificativas que nos levaram a escolher o “estado da arte” como metodologia desse trabalho.

2. METODOLOGIA ADOTADA: CONCEITUAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Segundo Severino (2016), o método científico, que é próprio da ciência e a distingue de outras formas de conhecimento, se constitui como um conjunto de procedimentos lógicos, operacionais e técnicos que permitem acessar de maneira consistente as relações causais existentes entre os fenômenos.

Neste capítulo do trabalho explicitaremos nossa escolha pela metodologia conhecida como “estado da arte. Dessa forma, optamos por dividir o capítulo em quatro itens, afim de organizar a exposição das idéias e a leitura.

No primeiro item, intitulado “Conceituação e finalidade das pesquisas de estado da arte, apresentaremos nosso entendimento - a luz de bibliografias - do que significa a metodologia estado da arte. No segundo item, “O banco de teses e dissertações da CAPES”, trataremos de apresentar o funcionamento dessa plataforma virtual pública que nos serviu como base de dados. Já no terceiro item “Procedimentos utilizados durante essa pesquisa”, revelaremos, através de articulação bibliográfica, de que maneira realizamos a nossa pesquisa. No quarto item, “A utilização dos resumos como fonte de análise dos dados”, mostraremos de que maneira utilizamos os resumos extraídos do site da CAPES para o desenvolvimento do nosso trabalho.

2.1. Conceituação e finalidade das pesquisas “estado da arte”

Para a realização dessa pesquisa, tentamos desenvolver a metodologia conhecida como “estado da arte” que, segundo Ferreira, possui caráter bibliográfico e inventariante, objetivando mapear e discutir “uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensão vêm sendo destacados e privilegiados em certas épocas e lugares(...)” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Romanowski e Ens conceituam que pesquisas dessa natureza podem “constituir-se de levantamentos do que se conhece sobre determinada área, desenvolvimento de protótipos de análises de pesquisas, avaliação da situação da produção do conhecimento da área focalizada (...).” As autoras ainda indicam outras duas possibilidades dessas pesquisas: a) “estabelecer relação com produções anteriores, iden-

tificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas(...), b) “Pode, ainda, verificar, na multiplicidade e pluralidade de perspectivas, indicativos para esclarecer e resolver problemáticas históricas (...)’ (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p.40)

Mais do que descobrir para que serve a pesquisa de estado da arte ou de defini-la conceitualmente, cumpre entender as motivações dos pesquisadores que a realizam. Nesse sentido, Ferreira indica que:

“A sensação que parece invadir esses pesquisadores é a do não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área do conhecimento que apresenta crescimento tanto qualitativo quanto quantitativo, principalmente reflexões desenvolvidas em nível de pós-graduação, produção esta distribuída por inúmeros programas de pós e pouco divulgada” (FERREIRA, 2002, p.258-259)

O que se desprende a partir das afirmações acima é que as pesquisas de estado da arte têm como centro o entendimento da produção acadêmica de uma determinada área ou tema considerando fatores cronológicos e metodológicos, que utilizaremos nesse trabalho, e que tais pesquisas pretendem suprir uma lacuna em termos de conhecimento da totalidade no âmbito de produções acadêmicas que são, ao mesmo tempo, dispersas e mal divulgadas.

Nesse sentido, cabe pensar quais são os procedimentos necessários para se chegar aos objetivos propostos pelas pesquisas de estado da arte. Levando em consideração as ideias que serão debatidas com mais profundidade a seguir, o que se nota, a princípio é a pluralidade de procedimentos utilizados pelos diferentes pesquisadores.

Romanowski e Ens irão apontar alguns procedimentos que já foram utilizados em outros trabalhos de estado da arte. As autoras, citando pesquisa de 2002, de Romanowski, sugerem que as pesquisas de estado da arte obedeçam determinadas etapas, tais como: a definição de descritores para direcionamento das buscas; a localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, que possam oferecer a íntegra dos materiais a serem avaliados; criação de critérios para a seleção do material que constituirá o estado da arte; levantamento dos materiais catalogados; coleta e seleção do material levantado das bibliotecas do sistema COMUT³ ou disponíveis em vias eletrônicas; leitura das publicações selecionadas e elaboração de síntese preliminar, destacando, entre outras coisas, os objetivos e as problemáticas de cada

³Serviço que permite a disponibilização de documentos técnico-científicos constantes do acervo das principais bibliotecas brasileiras e serviços internacionais de informação. Disponível em: <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/programa-de-comutacao-bibliografica-%28comut%29/apresentacao>. Acesso em 6/9/17.

trabalho; organização de relatório de estudo a partir das sistematizações realizadas, procedendo a articulação entre as tendências verificadas nos materiais pesquisados; elaboração e análise de conclusões preliminares.(Cf. ROMANOWSKI e ENS, 2006, p.42)

No mesmo texto, as autoras fazem menção a um trabalho coordenado pela professora Marli André sobre publicações da ANPED⁴ a respeito de formação de professores, intitulado “A pesquisa sobre formação de professores no Brasil 1990-1998” onde são apresentados outros procedimentos: levantamento dos resumos junto a CAPES⁵; divisão por Instituição de Ensino Superior para a leitura individual dos pesquisadores; leitura dos resumos a fim de estabelecer categorias analíticas; leitura do material para identificar descritores a partir das palavras-chave; debate e discussão entre os pesquisadores para definição de descritores; nova leitura dos resumos; análise de conteúdo dos resumos que foram selecionados e tabulação dos dados, segundo categorização construída anteriormente; organização e síntese dos dados coletados e sistematizados em quadros e tabelas; leitura e análise das informações contidas nas tabelas; estabelecimento de uma síntese geral; criação de inferências e considerações. (Cf. ROMANOWSKI e ENS,2006, p.42-43)

A partir dos procedimentos acima, é possível destacar que a metodologia conhecida por estado da arte nos oferece procedimentos de trabalho muito diversificados, podendo ser desenvolvidos a partir de bases de informação distintas, sejam elas físicas ou virtuais. No caso do trabalho coordenado por Marli André, a fonte que serviu como referência – segundo Romanowski e Ens – foi o banco de dados da CAPES, o mesmo que Ovigli (2013) utilizou em seu trabalho e que utilizamos neste. (Cf.ROMANOWSKI e ENS,2006,p.43 e OVIGLI,2013, p. 87-99).

⁴ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sobre-anped>. Acesso em 6/9/17

⁵ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Órgão público do Ministério da Educação, responsável pela formação continuada de pessoal de nível superior e desenvolvimento de pesquisas científicas. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>. Acesso em 6/9/17

2.2.O banco de teses e dissertações da CAPES

Antes de se tratar do Banco de dados de teses e dissertações da CAPES, cumpre tecer algumas considerações a respeito de Bancos de Dados como um todo, para que entendamos como funciona essa fonte de pesquisa.

De acordo Severino “Elementos de que os pesquisadores precisam para a realização de seus trabalhos podem ser buscados nesses portais, mediante recursos específicos de busca, que trabalham sobretudo a partir de descritores (palavras-chaves, unitermos).” (Cf. SEVERINO, 2016, p.152).

Dentre os inúmeros bancos de dados disponíveis na internet, alguns deles mencionados na obra de Severino (2016) escolhemos um em especial, o da CAPES, que é o mesmo utilizado por Ovigli em sua tese.

Ovigli menciona que:

“O Banco de Teses e dissertações da CAPES apresenta resumos de dissertações defendidas a partir de 1987. Nele, todas as instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) recomendados pela CAPES cadastram os resumos dos trabalhos defendidos, sendo de total responsabilidade dessas instituições a veracidade e completude das informações fornecidas (...)”(OVIGLI, 2013,p.94)

O referido autor, em passagem a seguir, indica que o Banco de Teses da CAPES, possuiria como critérios de busca os seguintes descritores: autor, assunto, ano, instituição, nível e ano. (Cf. OVIGLI, 2013,p.94-95)

Contudo, ao verificarmos o layout atual do banco de teses e dissertações da CAPES no mês de Setembro de 2017 – data de redação desse texto – verificamos que houve uma simplificação no mecanismo de busca do mesmo. Agora, basta que se insira em um campo de busca qualquer palavra ou termo de busca que se deseja para a pesquisa, conforme anexo 1.

O layout da página apresenta a vantagem de descomplicar o processo de pesquisa, permitindo que não seja necessário preencher tantos descritores para se chegar a resultados. Porém apresenta a “desvantagem” de exigir do pesquisador certo nível de organização e planejamento da pesquisa, dado o caráter abrangente dos registros computados pela plataforma.

Ao digitarmos no campo de busca o termo ou expressão desejado, somos remetidos, a uma segunda tela em que são listados todos os trabalhos que contive-

rem o termo descrito na pesquisa. No canto da tela (ver figura 2) aparecem diversos campos de dados, onde é possível estabelecer seleções mais refinadas de registros, utilizando critérios como: tipo (mestrado e doutorado), ano, autor, orientador, banca, grande área do conhecimento, área do conhecimento, área de avaliação, área de concentração, nome do programa, instituição e biblioteca na qual os trabalhos se encontram cadastrados. (vide anexo)

No nosso trabalho, entre os inúmeros campos de pesquisa disponíveis, focamos nossa atenção em um específico: ano, pois pretendíamos ter uma noção histórica, ainda que breve, das produções acadêmicas a cerca do FIES. Foi partindo do item “tempo” e com embasamento em bibliografias que desenvolvemos os procedimentos ora utilizados.

2.3. Procedimentos utilizados durante essa pesquisa

O nosso trabalho, que teve como principal fonte de dados resumos oriundos da plataforma virtual de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), iniciou-se com um procedimento muito simples: a digitação do termo “FIES” no campo de pesquisas do site. A partir das informações que nos vieram, começamos uma série de procedimentos que poderíamos certamente vincular a abordagens quantitativas de pesquisa, a saber:

- Elaboração de uma tabela, organizada por ano e tipo de trabalho, em que constava a quantidade de trabalhos sobre o FIES que foram defendidos. Esta tabela teve abrangido o período de 2004 a 2016;
- Seleção do biênio 2015-2016 para uma análise mais aprofundada. Nessa seleção, encontramos vinte e sete trabalhos, entre teses, dissertações, profissionalizantes e mestrado profissionalizante;
- Produção de um quadro organizativo – presente no anexo 1 – com data de defesa, título e modalidade dos trabalhos, palavras chaves de cada um dos vinte e sete trabalhos selecionados;
- Produção de duas tabelas a partir desse quadro organizativo. A primeira, agregando os vinte e sete trabalhos segundo programas de pós-

graduação. A segunda, a partir das palavras-chaves presentes nos vinte e sete resumos tabulados.

A partir dos dados da segunda tabela é que iniciamos uma série de procedimentos que consideramos vinculados a aspectos qualitativos da pesquisa:

- Definição de conceitos a partir da contagem das palavras-chaves, selecionando as três que mais tiveram menções: Ensino Superior, FIES e Políticas Públicas;
- Explanação e articulação crítica dos três conceitos, considerando legislações e bibliografias.

Para a concretização das etapas acima descritas, nos baseamos nos dois procedimentos descritos na obra de Romanowski e Ens no item 1.2, em menor medida no primeiro, e mais detidamente no segundo.

Do primeiro trabalho citado, o único item que utilizamos foi a definição de um descritor original que nos servisse de ponto de partida. No nosso caso, o termo utilizado foi “FIES” – Fundo de Financiamento Estudantil⁶ -que se trata do objeto desta pesquisa.

Após digitação do descritor e surgimento dos resultados, selecionou-se o período de 2015-2016 para leitura e avaliação dos resumos das produções acadêmicas realizadas. A etapa seguinte foi a tabulação dos dados, que se baseou na estrutura de apresentação dos resumos.

A apresentação visual dos resumos, dada através da Plataforma Sucupira⁷, possui os seguintes elementos: Instituição de Ensino Superior, Programa, Título, Autor, Tipo de Trabalho de Conclusão, Data de Defesa, Resumo, Palavras-Chave, Volume, Páginas, Idioma, Biblioteca Depositária, Anexo (onde se encontra o PDF da íntegra dos trabalhos), Área de Concentração, Linha de Pesquisa, Projeto de Pesquisa e Orientador.

A partir da escolha de alguns desses itens- Instituição de Ensino Superior, Programa, Título, Tipo de Trabalho de Conclusão, Data de Defesa e Palavras-Chave

⁶ Fundo de Financiamento Estudantil –FIES: “Fundo de Financiamento Estudantil, programa do Ministério da Educação criado pela Lei 10.260/2001, que visa financiar a educação superior de estudantes matriculados em instituições não públicas. Voltaremos a tratar do assunto no Capítulo 3 desse trabalho. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>

⁷ Plataforma virtual da CAPES, responsável pela coleta, análise e referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>.

- montou-se um quadro (ver Apêndice B) a partir do qual as análises foram feitas, considerando principalmente a recorrência de certos termos no campo “palavras-chaves”. Os três termos com maior aparição após contagem cuidadosa das palavras-chaves foram: Ensino Superior, Políticas Públicas e FIES, que se desdobraram em três conceitos - Ensino Superior, Financiamento da Educação Superior e FIES, que serão tratados com maior profundidade no capítulo 3.

2.4. A utilização dos resumos como fonte de análise de dados

Como descrito no item anterior, esse trabalho valeu-se da análise e tabulação dos dados dos resumos oriundos da Plataforma Sucupira da Capes. Adotamos essa metodologia em consonância com Ferreira, para quem os resumos:

“(...)oferecem uma História da produção acadêmica através de uma realidade construída pelo conjunto dos resumos, que não é absolutamente a mesma possível de ser narrada através de uma realidade constituída pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado e que jamais poderá ser aquela narrada pela realidade vivida por cada pesquisador em sua pesquisa. Os resumos das pesquisas analisadas contam uma certa realidade dessa produção. Haverá tantas histórias sobre a produção acadêmica quantos resumos (de uma mesma pesquisa) forem encontrados(...)” (FERREIRA (2002, p.269)

Através da afirmação acima, percebe-se que existe uma clivagem entre resumos, teses e dissertações, embora o primeiro devesse expressar a síntese dos outros dois. Nesse sentido, um trabalho que pretendesse mais completo, deveria contar com a articulação entre os resumos e a íntegra do trabalho. E reconhecendo - a luz da de Ferreira – o que os resumos nos apresentam é uma parte da história, aquela que as condições dessa pesquisa nos permitiu contar. (Cf. FERREIRA, 2002, p. 270).

A mesma nos aponta dois momentos distintos durante o processo de utilização do “estado da arte”. O primeiro seria: “(...) aquele em que ele interage com a produção acadêmica através da quantificação e de identificação dos dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período limitado (...)”. O segundo aconteceria quando “(...)o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita da história de uma determinada área do conhecimento. (...)” (Cf. FERREIRA, 2002, p. 265)

No nosso trabalho, esses dois momentos aconteceram e foram, de certa maneira, contemplados pelos procedimentos adotados. Por exemplo, a criação de uma tabela com registro dos trabalhos realizados entre 2015 e 2016, representou o primeiro momento, enquanto que a análise dos dados, o estabelecimento de categorias a partir das palavras-chave representou o segundo momento.

Ainda sobre o segundo momento da pesquisa de estado da arte, Ferreira aponta algumas posturas adotadas pelos pesquisadores para dirimir eventuais dificuldades durante a realização desse tipo de metodologia: a) realizar o mapeamento proposto, ignorando as limitações da fonte; b) optar por uma única fonte; c) acessar as pesquisas através dos resumos e, posteriormente, buscar o trabalho na íntegra. (Cf. FERREIRA, 2002, p. 266).

Para esse trabalho, a nossa postura se aproximou muito da primeira postura indicada por Ferreira – no sentido da quantificação e identificação dos trabalhos acadêmicos sobre o FIES entre 2015 e 2016, ignorando a limitação dessas fontes, cientes de carência de tempo que possuímos – e da segunda postura, pois optamos apenas por uma única fonte: o banco de dados de teses e dissertações da CAPES.

Refletindo a partir da bibliografia articulada nesse capítulo, entendemos que sendo esta uma pesquisa de estado da arte, ela possuirá uma faceta quantitativa e outra qualitativa (Cf. SLONGO, 2004, p. 23). Antes de explicitarmos de que maneira os aspectos quantitativos e qualitativos estarão presentes em nossa pesquisa, entendemos ser necessário esclarecer a diferença entre ambos. Para isso, tomemos como base a comparação feita por Terence e Escrivão Filho (2006) a partir da sistematização de outros autores.

Para Terence e Filho (2006) algumas das características da pesquisa quantitativa são: foco na quantidade, análise de dados estatística e numérica e generalização dos resultados independentemente do contexto. Já o método qualitativo teria as seguintes características para a autora: análise de dados interpretativa e descritiva, priorizando análises de conteúdo; foco na natureza do objeto e resultados situacionais, limitados ao contexto.

Nesse sentido, podemos dizer que a faceta quantitativa da nossa pesquisa se dará a partir do levantamento numérico das produções acadêmicas, bem como de procedimentos como contagem de palavras-chaves visando a verificação de recor-

rências de termos; enquanto que a faceta qualitativa se dará a partir do estabelecimento de conceitos e do debate sobre os mesmos.

Aliás, no que diz respeito a etapa quantitativa do nosso trabalho, o terceiro e último capítulo apresentará a tabulação dos dados pesquisados, levando em consideração o ano das pesquisas, as áreas de conhecimento onde elas ocorreram e destacando o biênio 2015-2016, cuja escolha já foi justificada de maneira sucinta na introdução desse trabalho e será melhor explicitada a seguir.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

No primeiro capítulo desse trabalho, apresentamos os principais conceitos envolvidos no debate sobre o FIES considerando os termos “Ensino Superior”, “FIES e “Políticas Públicas”. No segundo capítulo, procuramos justificar nossas escolhas metodológicas, que se fundamentaram em uma análise do “estado da arte” das pesquisas de mestrado e doutorado sobre o FIES, destacando o biênio 2015-2016, aquele que nos apresentou maior volume de material para pesquisa.

O que faremos nesse capítulo é apresentar e analisar os dados dessa pesquisa, realizada a partir da tabulação e seleção dos resumos sobre o FIES registrados no banco de dados de teses e dissertações na CAPES no biênio 2015-16.

Considerando que as pesquisas de estado da arte “(...) encontram no aspecto quantitativo – no significativo crescimento numérico – e em um importante aspecto qualitativo – a diversidade de enfoques – sua principal justificativa.” (Cf. SLONGO, 2004, p.23) coleta e análise de dados numéricos cumprem a primeira etapa da pesquisa em estado da arte, etapa responsável por subsidiar as análises que nos auxiliarão na parte qualitativa, que se fará presente no capítulo 3 desse trabalho.

Começaremos com o item 3.1, intitulado “Apresentação e articulação dos dados coletados”, onde apresentaremos os dados que coletamos da plataforma CAPES e que nos guiaram na realização dessa pesquisa. Dentro desse mesmo item discutiremos a respeito das produções acadêmicas sobre o FIES entre 2004-2016, discutindo a distribuição temporal das mesmas, bem como as modalidades de pesquisa verificadas nos trabalhos, tais como “mestrado”, “doutorado”, “profissionalizante” e “mestrado profissional”. Para alguns aspectos da pesquisa, apresentaremos um recorte considerando os anos de 2015-2016.

O item 3.2, intitulado “Agregação das pesquisas sobre o FIES 2015- 2016, segundo programas de pós-graduação”, indicará em quais programas de pós-graduação mais se produz a respeito do FIES. Tal informação nos parece importante por que pode indicar sob quais perspectivas teóricas o FIES poderá ser discutido

daqui pra frente, posto que cada programa possui sua linha metodológica, seus enfoques, abordagens, etc.

No item 3.3, a que chamaremos de “Contagem das palavras-chave presentes nos 27 resumos sobre o FIES. Biênio 2015-2016” apresentaremos a contagem das palavras chaves que fizeram parte dos 27 resumos sobre o FIES que levantamos. Esse procedimento se constituirá importante para a construção do capítulo 3 desse trabalho.

Por fim, no item 3.4, intitulado “Formação de conceitos a partir das palavras-chaves selecionadas”, justificaremos a escolha da utilização das palavras chave para a formação dos conceitos que serão trabalhados no capítulo 3 a partir de Antônio Joaquim Severino (2016) e Jacob Bazarian (1980)⁸. Essa justificativa também servirá como uma espécie de introdução ao nosso próximo capítulo.

3.1. Apresentação e articulação dos dados coletados

Sendo o objeto desse trabalho o levantamento, através de análise do estado da arte, das produções acadêmicas do FIES entre 2015 e 2016, consultou-se o banco de dados de teses e dissertações pertencente a CAPES na data de 21 de fevereiro de 2017 e encontrou-se, após uma seleção que baseou na conferência entre palavras-chaves e título dos trabalhos cadastrados, um total de 50 produções acadêmicas – entre teses e dissertações – registradas entre 2004 e 2016

Destes, foram selecionados 27 trabalhos (ver anexo B) situados entre 2015 e 2016 que versavam diretamente sobre o FIES, tanto no título como no resumo. Outros (ver Apêndice A) foram excluídos da análise por que não cumpriram o critério de seleção estabelecido.

Os 27 trabalhos selecionados possuem as seguintes características:

⁸Jacob Bazarian (1919-2003). Filósofo, jornalista e professor turco de ascendência armênia radicado no Brasil em 1928. Doutor em Filosofia pela Academia de Ciências da URSS, foi autor, entre outros, de “Mito e Realidade Sobre a União Soviética” e “O problema da verdade”. Este último, citado em nossa bibliografia.

- 3 são teses de doutorado;
- 24 são dissertações de mestrado;
- Estão distribuídos em 6 grandes áreas de conhecimento;
- 16 áreas de conhecimento;
- 28 áreas de concentração.
- 15 programas de pós-graduação

Dos itens acima levantados, esse trabalho procurou dar conta de interpretar e analisar dois: as modalidades de trabalho de conclusão (mestrado, doutorado, mestrado profissionalizante e profissionalizante) e os programas de pós-graduação. Nesse primeiro momento, nossas análises se basearam no período de 2004 a 2016.

Convém destacar que o período de análise em questão não foi fruto de escolha, mas dado a partir do primeiro procedimento de pesquisa, que consistiu – como dissemos – na digitação do termo “FIES” no campo de busca do site da CAPES. A partir dos dados apresentados, organizou-se a seguinte tabela:

Tabela 1 Pesquisas sobre o FIES entre 2004 e 2016

Ano/Tipo	Mestrado	Doutorado	Outros*	Total
2004	1	0	0	1
2006	1	0	0	1
2007	1	0	0	1
2008	2	1	0	3
2009	1	0	0	1
2010	1	0	0	1
2012	1	0	1	2
2013	3	1	0	4
2014	5	0	1	6
2015	7	2	0	9
2016	17	1	0	18

*Inclui as modalidades Mestrado Profissional e Profissionalizante

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Elaboração do autor

Antes de entrarmos na análise de dados propriamente dita, se faz necessário esclarecer que, da contagem acima, foram excluídos – após verificação no título e nos resumos – aqueles trabalhos que não estabeleciam qualquer espécie de relação com FIES – Fundo de Financiamento Estudantil e que constavam na lista da CAPES, ou por pertencerem a programas de pesquisa sobre o FIES ou por terem a si-

gla F-I-E-S em seus registros, embora a mesma, no contexto de tais trabalhos, possuísse outro significado.

O que se depreende, a partir dos dados tabulados é que, até o ano de 2012, eram lançados e defendidos de 1 a 2 trabalhos por ano, sendo que o ano de 2008 consistiu em exceção. Nele, foram registrados três trabalhos, sendo dois de mestrado e um de doutorado.

A inflexão na quantidade de lançamentos e defesas de trabalhos sobre o FIES acontece a partir de 2013, quando são contabilizados 4 trabalhos, sendo três de mestrado e um de doutorado. De 2013 até 2016, há um viés de alta que não se interrompe, chegando ao ápice no último ano pesquisado, onde contabilizou-se 18 trabalhos, sendo dezessete de mestrado e um de doutorado.

O crescimento exponencial dessas pesquisas ao longo dos anos – em especial no biênio 2015-2016 pode revelar, ao mesmo tempo, que o interesse em entender o FIES e a massa crítica necessária para estudá-lo com profundidade, aumentaram significativamente. Convém lembrar que o segundo ano do biênio estudado coincide com o que diversos autores consideraram golpe: o processo de impeachment da presidente Dilma Roussef, marcado pelo cortes e reduções em diversos direitos sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde e previdência social. (SINGER et al.,2016). Embora os trabalhos aqui estudados não tenham recebido influência direta ou indireta do quadro político citado, uma vez que começaram a ser produzidos anteriormente, é preciso mencionar que o fato de serem defendidos em 2016 serve para dimensionar o quanto pode se perder ou retroceder em matéria de discussão acadêmica sobre o FIES.

Considerando que a promulgação da lei que instituiu o FIES é do ano de 2001, compreende-se por que, pelo menos até o ano de 2004, havia pouquíssima produção acadêmica sobre o tema que, na ocasião, consistia em grande novidade. Porém, cabe indagar, por que, mesmo depois de uma década, a quantidade de trabalhos acadêmicos sobre o FIES permaneceu tão baixa.

Aliás, destaca-se que a quantidade de trabalhos sobre o FIES cresceu de fato apenas quando o mesmo completou 15 anos de existência, o que ocorreu no ano de 2016.

Como indicado na introdução desse capítulo, o que faremos a seguir é olhar mais detidamente para as pesquisas sobre o FIES realizadas no biênio 2015-2016, considerando não apenas sua distribuição por tipos (mestrado, doutorado e outros) mas verificando sua concentração por programas.

No caso da primeira análise, de distribuição por tipos de trabalho, os dados são oriundos de um recorte temporal realizado a partir da tabela 1; enquanto que para a segunda análise, aquela que diz respeito aos programas, utilizaremos quadro presente no apêndice A dessa pesquisa.

Tabela 2 Pesquisas sobre o FIES entre 2015 e 2016

Ano/Tipo	Mestrado	Doutorado	Outros*	Total
2015	7	2	0	9
2016	17	1	0	18

*Inclui as modalidades Mestrado Profissional e Profissionalizante

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Elaboração do autor

A análise dos dados acima nos permite indicar quatro situações interessantes:

- A publicação e defesa dos trabalhos de mestrado sobre o FIES cresceu mais do que o dobro entre 2015 e 2016;
- Os trabalhos de doutorado, por sua vez, não acompanharam a mesma lógica e caíram pela metade no mesmo período;
- Não houve a publicação e/ou defesa de qualquer trabalho de conclusão do tipo outros (Profissionalizante e Mestrado Profissional)

Dessas situações, podemos inferir que:

- O volume de pesquisas sobre o FIES tornou-se significativo apenas uma década e meia após sua implementação;
- A quantidade elevada de mestrados com temas e objetos referentes ao FIES pode ser um indicador que, futuramente, tenhamos uma maior quantidade de doutorados versando sobre o tema;

- A existência de um único registro de doutorado sobre o FIES em 2016, pode ser herança de um período em que o interesse sobre o tema revelou-se baixo.

A partir dessas inferências, colocam-se alguns comentários.

O primeiro deles é que maioria das pesquisas cadastradas é oriunda de universidades públicas. Isso significa que o perfil do corpo discente dessas instituições, na maioria dos casos, não é contemplado pelo FIES, enquanto que as universidades privadas, que contam com o recebimento de recursos do FIES raramente colocam suas produções acadêmicas a disposição do grande grupo de pessoas.

O segundo comentário é que o FIES, que poderia ser mais debatido por quem é beneficiário, acaba tendo suas discussões realizadas por quem, geralmente, não é beneficiário do programa. Isso pode trazer sérias implicações na qualidade e profundidade dos trabalhos realizados.

3.2. Agregação das pesquisas sobre o FIES 2015-2016, segundo programas de pós-graduação

Enquanto o item 2.1 desse trabalho nos trouxe a distribuição temporal das pesquisas sobre o FIES em pouco mais de uma década e o item 2.2 nos trouxe o recorte do biênio 2015-2016 e nos apontou uma forte concentração de trabalhos sobre o FIES nos mestrados, este se propõe a aprofundar a análise do biênio 2015-2016 a partir de um processo de agregação por programa.

Por agregação designamos o processo de compilação dos programas de pós graduação que registraram trabalhos de mestrado e doutorado sobre o FIES em uma única tabela, para que seja possível verificar a localização dos debates sobre o FIES nas produções de mestrado e doutorado no biênio de 2015-2016.

Tabela 3 Agregação dos trabalhos sobre o FIES por programa de pós-graduação - 2015 e 2016

Programas	Quantidade
ADMINISTRAÇÃO	5
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL	1
CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1
CIENCIA POLITICA	1
DIREITO	2
ECONOMIA	4
ECONOMIA APLICADA	1
EDUCAÇÃO	5
EDUCAÇÃO E ENSINO	1
EXTENSÃO RURAL	1
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1
GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES	1
POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO	1
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA	1
SERVIÇO SOCIAL	1
Total	27

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Elaboração do autor.

O que se percebe, a partir da tabela acima é que:

- Os 27 trabalhos que versaram sobre o FIES estão concentrados em 15 programas de pós-graduação;
- Os programas que mais concentram trabalhos sobre o FIES são: Administração, Educação e Economia;
- Somados, os trabalhos dessas três áreas totalizam 14, o que corresponde a 52% do total

Dessas interpretações, compreende-se que:

- Embora, presente em muitos programas, o FIES é muito pouco estudado na maioria deles;
- O fato de programas de administração dividirem, com os de educação, a maioria dos estudos, pode ser um indicativo que o FIES comece a ser entendido como ferramenta ou objeto de gestão e não como uma política pública educacional. Isso fica ainda mais evidente quando se observa que os dois programas relacionados a Políticas Públicas, somados, concentram apenas 2 trabalhos, 7% do total.

3.3. Contagem das palavras-chaves presentes nos 27 resumos sobre o FIES. Biênio 2015-2016.

Nessa etapa do trabalho, procederemos com a contagem das palavras chaves presentes nos 27 resumos analisados. Visamos, com esse procedimento, encontrara partir da verificação de repetições de termos e palavras, encontrar quais são os principais conceitos que se fazem presentes nas teses e dissertações.

No nosso levantamento, foram levantadas exatamente 110 palavras chaves, incluindo repetições e termos semelhantes. Dessas, 105 apareceram 1 ou 2 vezes, no máximo. Apenas 5 contabilizam 3 ou mais aparições, conforme indicado na tabela que se segue.

Tabela 4 Contagem de palavras-chaves nos resumos sobre o FIES

Palavras-Chaves	Aparições
Ensino Superior	9
Políticas Públicas	6
FIES	6
Educação Superior	5
Prouni	3

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES. Elaboração do autor

Da observação atenta aos dados da tabela, percebemos alguns aspectos que merecem destaque:

- A presença de dois termos similares – Educação Superior e Ensino Superior, que, somados contabilizam 14 aparições, pouco mais de 10% do total de palavras-chaves, incluindo repetições;
- O termo “Políticas Públicas” e “FIES” dividem a segunda posição com seis menções cada um. Convém destacar que os programas de pós-graduação sobre “Políticas Públicas” registram apenas 2 trabalhos. Isso sugeriria que o FIES é considerado política pública por várias áreas

e programas, exceto naqueles em que as “Políticas Públicas” seriam o objeto central das pesquisas;

- O PROUNI⁹, que também é um programa de financiamento da educação superior, aparece citado como palavra chave apenas 3 vezes, metade das aparições do FIES. Isso pode significar que as relações entre o FIES e o PROUNI ainda são muito pouco estudadas.

Por fim, as palavras-chaves “Ensino Superior”, “Políticas Públicas” e “FIES”, as três que registram maiores quantidades de aparições, serão consideradas como conceitos a serem desenvolvidos no capítulo 3 desse trabalho.

3.4. Formação de conceitos a partir das palavras-chaves selecionadas

Em momentos anteriores, indicamos que este trabalho considerou seus conceitos a partir da contagem das palavras-chaves constantes nos vinte e sete resumos sobre o FIES que foram selecionados para a nossa pesquisa. O que faremos a seguir é justificar a nossa escolha procedimental, fundamentando-a em Bazarian (1980) Severino (2016). Além disso, pretendemos articular as ideias dos autores supracitados com o que desenvolvemos nesse trabalho até o momento.

De acordo com Bazarian, o conceito é uma imagem mental que reflete aspectos essenciais de um determinado objeto e que se forma a partir de processos como análise, síntese, abstração e generalização. (Cf. BAZARIAN, 1980 p.115).

Severino também considera o conceito como uma imagem mental que representa determinado objeto, mas o autor, complementando Bazarian, aponta que o conceito garante uma referência direta ao mesmo e se configura como um “substituto” do objeto no plano da inteligência e se expressa, no nível linguístico, pelas pala-

⁹ Programa “Universidade Para Todos”. “É o programa do Ministério da Educação, criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.” Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#prouni_fies

avras que, por sua vez, são imagens acústicas e orais dos conceitos (Cf. SEVERINO, 2016).

O que se percebe, a partir das afirmações acima é que não há distinção entre palavra e conceito. No caso do nosso trabalho, poderíamos dizer que as palavras-chaves nada mais são do que os conceitos que norteiam as 27 pesquisas de doutorado e mestrado aqui mapeadas. Porém, nos parece que não basta tornar cada palavra-chave dos trabalhos um conceito. Isso tornaria nosso trabalho extenso e pouco objetivo. É necessário um conjunto de processos para formarmos os conceitos que utilizaremos no capítulo 3 de nosso trabalho. Tais processos são indicados por Bazarian e o traremos para este texto a fim de justificar o procedimento escolhido.

O primeiro desses processos é a análise que, para Bazarian, é uma “Operação mental que consiste em decompor um todo (objeto ou fenômeno) em seus elementos constituintes, a fim de compreender o lugar que ocupam e o papel que desempenham no todo.” (Cf. BAZARIAN, 1980, p.116).

Entendemos o desenvolvimento desse trabalho a luz dessa definição acima citada, que significa entender que a separação das 27 produções por tipos de pesquisa e ano de publicação, feita no item 2.1, se relaciona com a síntese, segunda fase do processo de formação dos conceitos, definida por Bazarian como uma “Operação mental que, ao inverso da análise, consiste em recompor um todo (objeto ou fenômeno) a partir de seus elementos constituintes, a fim de compreendê-lo em sua totalidade, em seu conjunto.”(Cf.BAZARIAN, 1980, p.116)A terceira etapa de formação dos conceitos, de acordo com Bazarian é a abstração, entendida como o processo de isolar determinado elemento que, muitas vezes não é separável da realidade, para identificar nele aquilo que pode ser particular ou geral. (Cf. BAZARIAN, 1980, p.116).

No nosso trabalho, conseguimos identificar o processo de abstração quando pensamos em isolar as principais palavras-chaves de cada um dos vinte e sete trabalhos para estudá-las separadamente, considerando o que elas possuem de universal.

A última fase da formação de conceitos, para Bazarian, é a generalização. “Operação mental que consiste em estender a toda uma classe de objetos ou fenô-

menos os elementos essenciais, constatados num certo número de objetos ou fenômenos da mesma classe.”(Cf. BAZARIAN, 1980, p.116).

O que faremos a seguir é promover uma generalização, no sentido de identificar nas palavras-chaves – que, segundo Severino, também são conceitos – seus aspectos universais, aqueles que os vinte e sete resumos, de uma maneira ou de outra, procuraram considerar, sem os quais não se discute a produção acadêmica sobre o FIES.

CONCLUSÕES

Nossa pesquisa teve como objetivo geral o entendimento a cerca dos conceitos desenvolvidos na produção do FIES, e como objetivo específico entender o FIES em sua dimensão de programa de financiamento da educação superior e como política pública para o Ensino Superior.

De acordo com nosso entendimento, resultante de articulações bibliográficas, análise de leis e dados de Teses e Dissertações, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), constitui, ao mesmo tempo, uma política social e de mercado. Social, por inserir uma certa quantidade de estudantes na Educação Superior. De mercado, por que retira recursos dos cofres públicos e os direciona para instituições privadas de Educação Superior. Além disso, é um modelador das funções da Universidade, uma vez que condiciona repasses de recursos a sucesso nas avaliações externas.

Nesse sentido, entendemos que esses três aspectos – política social, de mercado e modelação das funções da universidade - deveriam ser objeto de estudos futuros. Especialmente o último, que, aparentemente é o mais difícil de se pesquisar, porém é o que mais se faz presente, inclusive nos marcos legais do FIES, em especial no artigo 1 da lei 10.260 de 2001, que condiciona o repasse de recursos do FIES para Instituições de Ensino Superior que apresentarem resultados positivos nas avaliações do MEC.

A respeito da lei supracitada, procuramos analisar de maneira crítica e detida outros dois artigos: o número três e o número sete. O artigo três estabelece que o Ministério da Educação tenha função formuladora, supervisora e administradora; enquanto que o artigo sete autoriza a emissão de títulos da dívida pública para o pagamento do FIES.

A análise desses artigos nos conduziu a algumas importantes reflexões. Uma delas diz respeito ao papel do Estado nas políticas públicas no contexto neoliberal. A outra diz respeito ao endividamento do Estado em favor de instituições privadas de Ensino Superior.

Dessa maneira, baseados na leitura de autores como Chauí (2000) e Menezes (2000), compreendemos que a universidade passa por dois processos: sitiamen-

to e administração. O primeiro se baseia no controle das funções da universidade e também na desconstrução da imagem pública da universidade. O segundo, se fundamenta na criação e desenvolvimento de mecanismos de controle e privatização da universidade. Ambos, são complementares e resultantes daquilo que Chauí (200) considera como “desregulamentação da economia”, vigente no modelo neoliberal.

Sendo a Universidade, nas palavras de Araújo (2012), um reflexo da sociedade, podemos afirmar que o modelo neoliberal participa da constituição da universidade nos dias de hoje e que o FIES aparece como um programa de inspiração neoliberal, não só pela já mencionada transferência de recursos, mas também por reforçar o mercado financeiro através do endividamento dos estudantes.

Aliás, o processo de endividamento estudantil, que tratamos nesse trabalho a partir de informações oriundas do Jornal do Senado, acelerou-se consideravelmente entre 2013 e 2015 e, segundo diversos autores, apresenta viés de alta para os próximos períodos. Isso se deve, primeiramente, ao quadro de recessão econômica vivido pelo Brasil nos últimos três anos. Um processo marcado pelo forte desemprego e pelo considerável rebaixamento dos salários.

Aparentemente, a redução do número de contratos do FIES em 2015 e 2016 e a criação de mecanismos privados de financiamento estudantil, colocariam em risco a continuidade do FIES. Porém, se considerarmos que a inadimplência do FIES ainda não alcançou a marca de 50% do total dos contratos, é plausível afirmar que o FIES ainda terá uma sobrevida, podendo subsistir como um mecanismo complementar de financiamento estudantil e não mais como uma política social de inserção das classes baixas à Educação Superior.

Como se verificou na tabela da página 44, as produções de mestrado, doutorado e outros, se fizeram presentes em quinze programas de pós-graduação, em áreas bem distintas entre si, como Educação, Direito e Economia. Isso significa que o FIES, embora sendo um programa da área de Educação Superior, mobiliza interesses de muitas disciplinas, o que nos parece enriquecedor para o entendimento do assunto. Mas também pode ser problemático, a depender do enfoque dado em certas disciplinas. Isso significa que o FIES poderá ser visto tanto como um direito, um programa social ou um mecanismo de avaliação das instituições.

Por isso, os setores da academia que se colocam como signatários de uma perspectiva crítica e emancipadora da Educação Superior, precisam discutir o FIES, não para reformulá-lo, mas para superá-lo. Para tal, se faz necessário que o campo de estudos da Educação Superior tome para si com mais afinco a discussão a respeito do FIES e da retomada do debate a respeito de um projeto de Universidade Pública incluyente, voltada para a superação das dificuldades nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Auditoria Cidadã da Dívida Pública. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/10/FAQ-Auditoria-Cidad%C3%A3.pdf>. Acesso em 29 de mar. 2017

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação Superior.** São Paulo: Cortez; Piracicaba, Editora Unimep, 2003.

ARAÚJO, Alexandre Garcia. **Ensaio sobre a universidade e sua função social.** In: *Filosofando: Revista de filosofia da UESB.* Ano 1, número 1. Julho/Dezembro 2012. Itapetinga, Bahia. Disponível em:

periodicos.uesb.br/index.php/filosofando/article/downloadSuppFile/2802/92.

Acesso em 28 mar. 2017

BAZARIAN, Jacob. **O Problema da Verdade.** São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BRASIL, Presidência da República. **Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em 31 out. 2017

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 31 out. 2017

BRASIL, Jornal do Senado. **Crise pode limitar financiamento estudantil.** Suplemento Especial Cidadania. Brasília, terça-feira, 19 de setembro de 2017. Acesso em 31 out. 2017

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: Conceitos, Definições e Classificações.** Disponível em: www.dominiopublico.gov.br. Acesso em 28 mar. 2017

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade.** São Paulo. Editora Unesp, 2000.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de expansão da educação Superior no Brasil – O Prouni e O Fies como financiadores do setor privado**. In: Educação em Revista. Volume 32, número 04, p. 49-72 Outubro-Dezembro, 2016. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n4/1982-6621-edur-32-04-00049.pdf>. Acesso em 1 nov. 2017

FERREIRA, Norma S. de A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79. Campinas, Unicamp, Cedes, 2002, p. 257-272.

LOURENÇO, Sandra. **Estado e Políticas Públicas: uma análise sobre o processo de mercantilização dos direitos sociais na atual conjuntura**. In: Serviço Social & Realidade, Franca, ano 16, número 1, p. 233-245, 2007. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/99/118>.

Acesso em 1 nov. 2017

MENEZES, Luís Carlos de. **Universidade sitiada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta. **As pesquisas sobre educação em museus e centros de ciências no Brasil: estudo descritivo e analítico da produção acadêmica**. 2013. 404 p. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil**. In: Educação & Sociedade, Campinas, volume 37, número 134, p.134-152. Janeiro – Março 2016.

QUEIROZ, Viviane de. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC**. In: Universidade e Sociedade, número 55, ANDES-SN, fevereiro de 2015. Disponível em:

<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1095164128.pdf> Acesso em 1 nov. 2017

ROMANOWSKI, Joana P; ENS, Romilda T. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. Diálogo Educacional (PUCPR), v. 6, p. 37-50, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania**. In: Interface – Comunicação, Saúde Educação, volume 6, número 10, p.117-124, Fevereiro 2002. Botucatu, São Paulo. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000100015. Acesso em 01 nov.2017

SINGER, André. et al. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, número 16, Julho/Dezembro 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

SLONGO, Iône Inês Pinsson. **A produção acadêmica em ensino de biologia: um estudo a partir de teses e dissertações**. 2004. 349p. Tese, Florianópolis, UFSC, 2004.

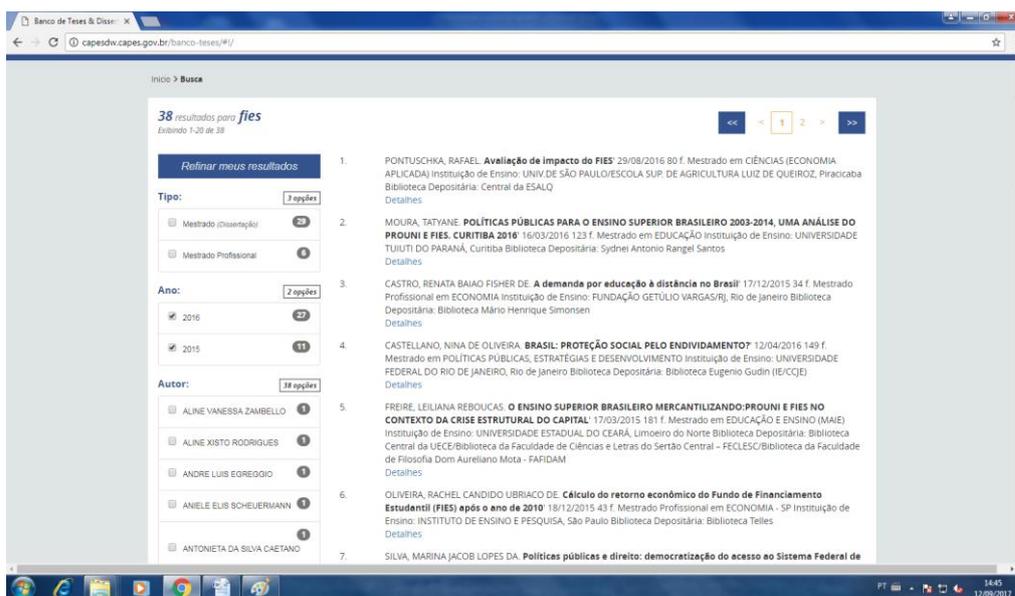
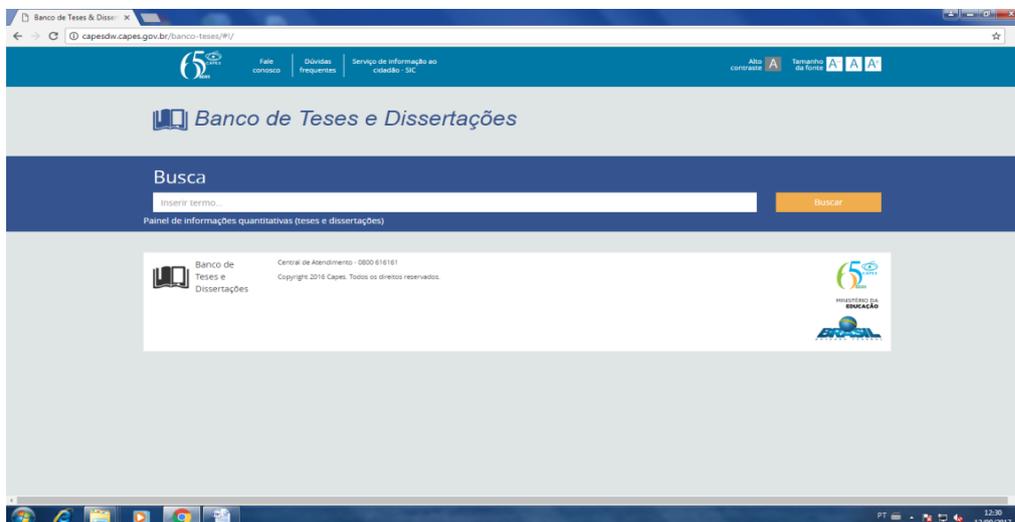
TERECENCE, Ana Cláudia Fernandes; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 26, Fortaleza, Ceará, 2006. Artigo. Fortaleza, Ceará: ABEPRO. Disponível em:http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 18/11/2017

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. 2ª edição.

ANEXO

ANEXO

TELAS DO BANCO DE DADOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (TELA INICIAL E DE RESULTADOS DE PESQUISA)



APÊNDICES

Apêndice A

Relação dos trabalhos excluídos da contagem, por não apresentarem qualquer relação com o tema.

CAETANO, ANTONIETA DA SILVA. **Educação Básica e Avaliação em Larga Escala: uma Análise Para Além do Quantitativo'** 15/07/2016 104 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho

POLETTI, GIOVANESSA LUCIA. **Políticas de formação docente: o PIBID como indutor de qualidade no curso de Pedagogia da URI – Câmpus de Frederico Westphalen'** 04/03/2016 undefined f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho

SCHEUERMANN, ANIELE ELIS. **A contribuição da Educação Física no Processo de Alfabetização: reflexões acerca dos três primeiros anos do Ensino Fundamental'** 25/11/2016 104 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho

EUZEBIO, VALACI. **(Im)parcialidade na comunicação jornalística: questões enunciativas e a subjetividade na linguagem'** 17/11/2015 110 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade de Passo Fundo

MACHADO, FABIOLA DE ARAUJO. **A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E A REDE DE DECISÃO NAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE A CAIXA E A NOVA CLASSE MÉDIA'** 29/09/2015 133 f. Mestrado em COMUNICAÇÃO Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: www.biblioteca.ucb.br

FONTANA, LETICIA CORREA. **ESTUDO DO EFEITO FOTODINÂMICO DA CLORINA NO TRATAMENTO DE GLIOSSARCOMA, ANÁLISE in vitro'** 31/03/2016 94 f. Mestrado em ENGENHARIA BIOMÉDICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, São José dos Campos Biblioteca Depositária: <http://www.univap.br/universidade/nossos-diferenciais/infraestrutura/biblioteca.html>

Apêndice B

Quadro de categorização: teses e dissertações sobre o FIES no banco de dados da CAPES (2015-2016)

Registro	Instituição de Ensino	Programa	Título	Tipo de trabalho de conclusão	Data de defesa	Palavras -Chaves
1	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	ECONOMIA	A demanda por educação à distância no Brasil	DISSERTAÇÃO	17/12/2015	Educação à distância, FIES e Organização industrial.
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO	Brasil: proteção social pelo endividamento?	DISSERTAÇÃO	12/04/2016	políticassociais;desigualdade;endividamento;ensino superior, FIES.
3	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	EDUCAÇÃO	Políticas Públicas para o Ensino Superior Brasileiro 2003-2014, uma análise do-PROUNI E FIES.	DISSERTAÇÃO	16/03/2016	Ensino Superior;FIES;PolíticasPúblicas;ProUni;Universidade
4	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	EDUCAÇÃO E ENSINO	O Ensino Superior Brasileiro mercantilizandando:PROUNI e FIES no contexto da crise estrutural do capital	DISSERTAÇÃO	17/03/2015	Crise estrutural do capital. Mercantilização. Ensino superior. ProUni. Fies.
5	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPEP)	ECONOMIA	Cálculo do retorno econômico do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) após o ano de 2010	DISSERTAÇÃO	18/12/2015	Fundo de Financiamento Estudantil, Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
6	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/SP - ESCOLA DE DIREITO	DIREITO	Políticas públicas e direito: democratização do acesso ao Sistema Federal de Ensino Superior	DISSERTAÇÃO	09/12/2015	Direito e Desenvolvimento, Direito e Política Pública, Democratização do Ensino, Ensino Superior, Ação Afirmativa, Cotas, ProUni, Fies.
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	CIENCIA POLITICA	A Expansão das Universidades Federais no Brasil: Momentos e Instrumentos (2000-2013)	DISSERTAÇÃO	05/05/2015	REUNI, a Lei de Ações Afirmativas, Políticas Públicas Universidade, PROUNI, FIES e PNAES.
8	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA (INSPEP)	ADMINISTRAÇÃO	The effect of federal student loans on access to for-profit business colleges in São Paulo	DISSERTAÇÃO	26/07/2016	Provisão de Serviços Públicos;Gestão de Educação Superior;ContratosIncompletos;Equidade;Fundo de Financiamento Estudantil - FIES
9	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	ECONOMIA	Análise de impacto do FIES sobre a renda do trabalhador formal	DISSERTAÇÃO	09/03/2016	Financiamento estudantil. Renda. Propensity score matching
10	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL-RS	DIREITO	Políticas Públicas e Ensino Superior no Brasil: O desafio da inclusão social a partir dos programas FIES e ProUni	DISSERTAÇÃO	24/10/2016	Políticas públicas;EnsinoSuperior;Inclusão social
11	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	EDUCAÇÃO	As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do Prouni e do FIES	DISSERTAÇÃO	04/07/2016	Programas de acesso;EducaçãoSuperior;PolíticaEducativa;Governos Lula e Dilma
12	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	CONSUMO, COTIDIANO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Sociedade de consumo e juventude: uma análise a partir das práticas de consumo e identidade dos jovens vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES	DISSERTAÇÃO	20/05/2016	classes, consumo, jovens, identidade, sociedade.
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ	GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES	A expansão recente do Ensino Superior Particular e o seu financiamento, uma análise com o auxílio da gestão do conhecimento	DISSERTAÇÃO	25/02/2016	Expansão do ensino superior;Ciclo do conhecimento;Instituição de Ensino Superior Privada;Financiamentos estudantis pelo governo
14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	EDUCAÇÃO	Financiamento da Educação Superior Privado-Mercantil: Incentivos Públicos e financeirização de grupos educacionais	TESE	13/11/2016	Financiamento. Fundo Público. Educação Superior Privada. Mercantilização. Financeirização.
15	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ECONOMIA APLICADA	The Effects of Government Policies on Higher Education and Economic Development	DISSERTAÇÃO	24/02/2016	DSGE, Capital Humano, Política Econômica

16	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	ECONOMIA	Uma análise dos programas de acesso à educação superior nos governos Lula e Dilma	DISSERTAÇÃO	31/03/2016	Políticas públicas, Educação inclusiva, Educação superior
17	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Expansão do Ensino Superior no município de Imperatriz (MA) como fator de desenvolvimento regional	DISSERTAÇÃO	02/06/2016	Ensino Superior; Políticas Educacionais; Gestão e Desenvolvimento Regional.
18	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	EDUCAÇÃO	Políticas de expansão da educação superior: impactos para a democratização na região Nordeste	DISSERTAÇÃO	30/09/2016	Educação superior; expansão, democratização e desigualdades regionais.
19	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	ADMINISTRAÇÃO	O Canto da Sereia? A educação superior como uma (im)possibilidade de mudança na trajetória profissional da rale brasileira	TESE	22/04/2015	educação superior; desigualdade social; trajetória profissional; rale brasileira
20	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL	Políticas Públicas de acesso ao Ensino Superior: Os resultados do SISU na Universidade Federal de Viçosa	DISSERTAÇÃO	30/08/2016	Políticas Públicas; Ensino Superior; Sistema de Seleção Unificada - SISU
21	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	ADMINISTRAÇÃO	Fatores determinantes da evasão no Ensino Superior	DISSERTAÇÃO	05/12/2016	Evasão. Ensino Superior. Regressão Logística.
22	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	EXTENSÃO RURAL	As políticas de interiorização do Ensino Superior e perspectivas de trabalho para jovens rurais – um estudo de caso de Matipó- Minas Gerais	DISSERTAÇÃO	29/05/2015	Desenvolvimento, Educação e Juventude Rural
23	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	ADMINISTRAÇÃO	Estratégias de Expansão de Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil: Estudo de caso do curso de bacharelado em Administração	DISSERTAÇÃO	03/03/2016	Modalidades de Ensino Superior; Estratégias de crescimento; Estratégias de expansão de Instituições de Ensino Superior Privadas
24	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETROPOLIS	EDUCAÇÃO	O acesso dos professores das redes públicas do estado do Rio de Janeiro ao Parfor da UFRRJ	DISSERTAÇÃO	24/06/2015	PARFOR Presencial; Formação de Professores; Ensino superior; Acesso e permanência.
25	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA	Dívida Pública, Política Econômica e o Financiamento das Universidades Federais nos Governos Lula e Dilma (2013 – 2014)	TESE	21/08/2015	Financiamento da Educação Superior; Dívida Pública; Política Econômica
26	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	ADMINISTRAÇÃO	Influência das políticas públicas nos processos de democratização do acesso e internacionalização do Ensino Superior Brasileiro	DISSERTAÇÃO	31/05/2016	Ensino Superior; Políticas Públicas; Democratização do Acesso; Internacionalização.
27	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	SERVIÇO SOCIAL	Expansão da Educação Superior: Um estudo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campo Mourão	DISSERTAÇÃO	03/08/2016	Estado; crise do capital; contrarreforma; política de educação; neoliberalismo; educação superior.

